

GENEALOGIA, PODER E GÊNERO

André Luiz dos Santos Paiva¹

Resumo:

O presente artigo trata das discussões empreendidas por Michel Foucault no que tange a consolidação de uma analítica do poder por ele denominada de genealogia, bem como as repercussões dessa modalidade de reflexão filosófica na teoria de gênero de Judith Butler. Inicialmente se delimita a concepção genealógica em Foucault, analisando a genealogia como crítica engajada em processos de transformação das distribuições do poder. Posteriormente, evidencia-se como Butler, a partir do marco de pensamento foucaultiano, realiza análises em torno das experiências de sexo, gênero e sexualidades que explicitam os artifícios na fabricação dos marcos de inteligibilidade culturais e epistemológicos que consolidam as relações de saber-poder sobre as quais se debruça sua genealogia do gênero.

Palavras-chave: Michel Foucault. Judith Butler. Epistemologia. Problematização. Resistências.

GENEALOGY, POWER AND GENDER

Abstract:

This article deals with the discussions undertaken by Michel Foucault regarding the consolidation of an analytics of power that he called genealogy, as well as the repercussions of this kind of philosophical reflection on Judith Butler's theory of gender. Initially, Foucault's genealogical conception is delimited, analyzing genealogy as a critic engaged in processes of transformation of power distributions. Subsequently, it is evident how Butler, from the Foucaultian framework of thought, conducts analyzes around the experiences of sex, gender and sexualities that explain the artifices in the fabrication of cultural and epistemological intelligibility frameworks that consolidate the knowledge-power relations about which leans its gender genealogy.

Keywords: Michel Foucault. Judith Butler. Epistemology. Problematization. Resistances.

390

Genealogia como crítica em Michel Foucault

As análises genealógicas realizadas por Foucault em seu percurso intelectual se consolidaram enquanto localizadas e focadas nas relações de poder instituídas na atualidade. Dessa forma, pode-se vislumbrar esse tipo de trabalho enquanto uma crítica do presente que evidencia determinadas dinâmicas, as quais sustentam e justificam relações específicas de poder. A contingência dessas relações é, então, explicitada, através de ferramentas que interligam a história, os corpos e suas multiplicidades (GUTTING, 2005).

No exercício genealógico não são considerados apenas os saberes oficiais, mas também a multiplicidade de discursos e práticas que sustentam e questionam determinadas distribuições do poder. Nesse sentido, há a implicação das pesquisas genealógicas com a ação de desassujeitar os saberes que Foucault (2010) denominou de históricos, uma vez que esses

¹ Doutor em Filosofia e Mestre em Estudos da Mídia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Graduado em Psicologia na Universidade Potiguar e Especialista em Psicologia Social pela Faculdade Cidade Verde. Realizou Pós-doutorado no Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE. Professor Visitante no Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Cognição, Tecnologias e Instituições da Universidade Federal Rural do Semi-Árido. E-mail: alz.paiva@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1887-9960>.

seriam capazes de instituírem-se enquanto oposição à ordem do discurso estabelecida (FOUCAULT, 2011).

A genealogia não pode ser pensada enquanto método fechado em suas técnicas e procedimentos, pois deve adequar-se a cada modalidade de discurso e prática sobre as quais se debruça. A crítica da atualidade a partir da análise das relações de saber-poder se institui como sua maior característica, o que permite a consolidação de um modo de ver as coisas relacional, uma maneira de relacionar-se com a história e suas produções. Para Veiga-Neto (2009),

Isso tudo aponta no sentido de que a assim chamada teoria foucaultiana do sujeito e suas correlatas metodologias são mais ferramentas do que máquinas acabadas. Aqui cabe trazer o conceito de teorização, talvez mais apropriado do que simplesmente teoria. Parece que estamos diante de uma teoria que só a posteriori se revela como tal, ou seja, uma teoria que não estava antes lá para guiar a investigação. E estamos diante, também, de uma metodologia cuja invariante, ao longo de toda a obra, pode ser sintetizada no permanente envolvimento com a noção de problema: tanto problematizando – enquanto atitude radicalmente crítica – quanto perguntando por que algo se torna ou é declarado problemático para nós. Nesse sentido, mudando a maneira de problematizar e mudando os próprios problemas, pode-se dizer que a invariante metodológica e temática em Foucault é a própria variação... (p. 91-2)

Dentro dessas variações, Foucault busca consistências e continuidades possíveis, e isso é distinto de uma busca por continuidades ou causalidades simples, uma vez que essas exigiriam a aderência a uma ontologia transcendental para a explicação geral de todas as formas de emergência do poder. Foucault apresenta, assim, uma forma de fazer filosofia através da análise das relações de poder, análise essa que não apenas diagnostica o presente, mas, ao fazê-lo, também abre espaço para o questionamento e transformação das expressões atuais das distribuições dos poderes. Ao descrever os estudos por ele realizados no que tange à análise das relações de poder, Foucault (2008a) afirma:

Em suma, o ponto de vista adotado em todos esses estudos consistia em procurar destacar as relações de poder da instituição, a fim de analisá-las [sob o prisma] das tecnologias, destacá-las também da função, para retomá-las numa análise estratégica e destacá-las do privilégio do objeto, a fim de procurar ressituí-las do ponto de vista da constituição dos campos, domínios e objetos de saber (p. 159).

Nota-se que não há no projeto foucaultiano de genealogia a pretensão de estabelecimento de uma origem unívoca das relações, algo que inicialmente pode-se associar ao termo genealogia. Nesse sentido, Foucault evita o estabelecimento de um ponto inicial das dinâmicas do poder que serviriam de base para suas discussões. Ao contrário disso, o filósofo toma a contingência enquanto marca dos processos que analisa (GUTTING, 2005). A genealogia opera, assim, a análise das dispersões e descontinuidades das forças, sem qualquer pretensão de apontar universais (MAY, 1993). O projeto crítico de genealogia encontrado em Foucault recusa a implementação de uma espécie de metafísica do poder, uma vez que não

recorre a uma essência atemporal e unitária enquanto parâmetro de verdade. Na realidade, a genealogia desafia a metafísica das origens ao se colocar necessariamente em termos históricos e localizados, o que denota um antiessencialismo que permite o questionamento (OWEN, 2005).

O caráter crítico de questionamento dos empreendimentos genealógicos aponta para uma forma específica de atividade intelectual que, além de dispensar o recurso a um sujeito ou poder transcendental, também, e como efeito disso, coloca em xeque a autoridade da verdade. Essa postura permite o compromisso com a investigação acerca da formação do presente através de um recurso histórico que não impõe esquemas absolutos, realizando um movimento de crítica acerca do próprio estatuto dos saberes (OWEN, 2005). Não se encontra no projeto genealógico de Foucault uma atividade positivista ou de pretensões empiristas. As hegemonias dos saberes considerados científicos são, inclusive, questionadas, num sentido de ocorrer o questionamento de um bloco monolítico de saber através do processo de análise dos efeitos de poder que esse institui, sendo possível afirmar inclusive que “o que confere validade a um projeto genealógico é a vulnerabilidade e as fissuras que provoca no solo teórico unificado e sólido da discursividade científica dominante” (RESENDE, 2016, p. 130).

392

O problema dos universais é apontado por Foucault (2008b) quando da explicitação de seu método. Ele afirma que

[...] em vez de partir dos universais para deles deduzir fenômenos concretos, ou antes, em vez de partir dos universais como grade de inteligibilidade obrigatória para um certo número de práticas concretas, gostaria de partir dessas práticas concretas e, de certo modo, passar os universais pela grade dessas práticas (p. 05).

Ele decide partir do questionamento dos universais para indagar a história, ao invés de partir da história para descobrir supostos universais. Isso ocorre devido a sua opção por explicitar os aspectos disruptivos das mudanças, num sentido das unidades impostas pela ideia de universal serem tentativas de tornar regulares processos de produção de experiências e subjetividades que são irregulares. Assim, Foucault opera em suas pesquisas a inclusão das descontinuidades, o que o leva ao questionamento dos universais a partir do interior de sua fabricação (MAY, 1993).

Com esse empreendimento, Foucault reconstrói a história da verdade, num sentido de construir genealogias que permitiram não reconstruir a gênese do verdadeiro em cada contexto específico por ele analisado através dos possíveis erros ali operados, mas num sentido de explicitação de regimes de verificação que impõem um direito à verdade ao mesmo tempo que as instituem enquanto única via de vislumbre da realidade. Isso leva Foucault a se abster de

tentar descrever exaustivamente sistemas de verdade compreendidos enquanto autônomos, o que permite ao filósofo inclinar sua atenção à produção de discursos privilegiados que instituem a própria distinção entre verdadeiro e falso (FOUCAULT, 2008b).

Essa distinção é indispensável para uma certa forma de distribuição do poder, num sentido de instituir, no campo das práticas, dispositivos que exercitam saberes e poderes que se movem predominantemente numa direção e, no campo epistemológico, a ideia de erro a partir da qual se passa a buscar a validade ou não de um determinado enunciado tendo a própria lei da verdade como régua. Essa demarcação do verdadeiro e do falso acaba por marcar o real com elementos que não possuem existência absoluta, como se pretende fazer acreditar através dos dispositivos de saber-poder, mas que nem por isso deixam de ter existência enquanto moduladores das experiências (FOUCAULT, 2008b).

Ao explicitar esse funcionamento, Foucault permite o vislumbre de que, na realidade, quando da análise genealógica dos pretensos universais baseados na ideia de verdade,

Trata-se de mostrar por que interferências toda uma série de práticas – a partir do momento em que são coordenadas a um regime de verdade –, por que interferências essa série de práticas pôde fazer que o que não existe (a loucura, a doença, a delinquência, a sexualidade, etc.) se tornasse porém uma coisa, uma coisa que no entanto continuava não existindo. Ou seja, não [como] um erro – quando digo que o que não existe se torna uma coisa, não quero dizer que se trata de mostrar como um erro pôde efetivamente ser construído –, não como a ilusão pôde nascer, mas [o que] eu gostaria de mostrar [é] que foi certo regime de verdade e, por conseguinte, não um erro que fez que uma coisa que não existe possa ter se tornado uma coisa. Não é uma ilusão, já que foi precisamente um conjunto de práticas, e de práticas reais, que estabeleceu isso e, por isso, o marca imperiosamente no real (FOUCAULT, 2008b, p. 26-7).

393

A essa altura surge uma crítica da verdade no pensamento foucaultiano. Essa crítica conecta-se com o aspecto político da perspectiva genealógica em Foucault, uma vez que uma genealogia “não é uma história do verdadeiro, não é uma história do falso: a história da verificação é que tem importância politicamente” (FOUCAULT, 2008b, p. 50-1). Fica evidenciado na concepção de verificação em detrimento das de verdadeiro ou falso o caráter provisório dos empreendimentos genealógicos. Nesse sentido, no exercício crítico acerca de relações de poder localizadas, o que encontramos é a organização e explicitação de interrelações temporárias que podem, por isso, ser questionadas e reformuladas (MACHADO, 2016). Essa visão é possível por encontrarmos em Foucault não a verdade, mas verdades; não a política, mas políticas, ou, de forma mais precisa, micropolíticas (MAY, 1993).

Devido a essa multiplicidade não se pode reivindicar às genealogias a constituição de um projeto unívoco tanto do ponto de vista teórico, quanto do metodológico. Nesse sentido, realizar uma genealogia é operar uma análise fragmentada e mutante da realidade

(MACHADO, 2016). A verdade é posta à prova nos empreendimentos genealógicos, num sentido do poder que emerge do conceito de verdadeiro passar de um lugar inquestionável para ser localizado enquanto alvo principal da crítica. Através desse exercício, Foucault especifica quais as formas que os dispositivos de saber-poder operam na cultura, bem como as implicações ético-políticas dessas distribuições (OWEN, 2005). Ao explicar em que consiste o aspecto de crítica de seus empreendimentos o filósofo francês afirma:

A crítica que lhes proponho consiste em determinar em que condições e com quais efeitos se exerce uma verificação, isto é, mais uma vez, um tipo de formulação do âmbito de certas regras de verificação e de falsificação. Por exemplo, quando digo que a crítica consistiria em determinar em que condições e com quais efeitos se exerce uma verificação, vocês vêem que o problema não consistiria em dizer, portanto: vejam como a psiquiatria é opressiva, já que é falsa. Não consistiria nem mesmo em ser um pouco mais sofisticado e dizer: olhem como ela é opressiva, já que é verdadeira. Consistiria em dizer que o problema está em trazer à luz as condições que tiveram de ser preenchidas para que se pudessem emitir sobre a loucura – mas a mesma coisa valeria para a delinquência, a mesma coisa valeria para o sexo – os discursos que podem ser verdadeiros ou falsos de acordo com as regras que são as da medicina ou as da confissão ou as da psicologia, pouco importa, ou as da psicanálise. Em outras palavras, para que tenha um alcance político, a análise tem de visar não a gênese das verdades ou a memória dos erros. Saber quando determinada ciência começou a dizer a verdade, que importância tem? Lembrar-se de todos os erros que os médicos cometeram ao falar sobre o sexo ou a loucura não adianta nada... A meu ver, o que tem uma importância política atual é determinar que regime de verificação foi instaurado num determinado momento (FOUCAULT, 2008b, p. 50).

394

É justamente devido à essa conexão com o político que as genealogias podem ser vistas enquanto análises da atualidade. Isso ocorre pela conexão dos empreendimentos genealógicos com as relações de poder que emergem em nossos sistemas atuais de dominação (GUTTING, 2005). Ao explicitar a multiplicidade histórica que permite a produção de uma determinada forma de distribuição do poder, Foucault realiza um uso político dessas emergências, o que permite a ele rearticular saber e poder num sentido de uma crítica sobre as bases históricas de constituição da verdade, bem como através de uma visibilização de saberes sujeitos.

Dessa forma, Foucault interroga acerca do que seria nosso presente, instituindo uma forma específica de esclarecimento filosófico (MAY, 1993). Através de empreendimentos empíricos, Foucault lança luz sobre as condições de emergência dos sistemas de inteligibilidades estabilizados através de relações de saber-poder. Para isso, ele identifica as convergências de elementos dispersos tendo como critério os efeitos desses nos contextos localizados analisados a partir de recortes no corpo social. Com isso, ele opera uma crítica do presente sem a pretensão de erigir um modelo filosófico ideal, mas enquanto um questionamento da aceitação de determinadas condições de produção de saberes e práticas a eles associadas (BERT, 2013).

<i>Revista Dialectus</i>	Ano 14	n. 36	Janeiro – Abril 2025	p. 390 - 404
--------------------------	--------	-------	----------------------	--------------

Arelada à crítica epistemológica exercitada na genealogia encontramos um questionamento da aceitação docilizada das relações de poder instituídas (BERT, 2013). Com isso, pensar diferentemente atrela-se de forma radical e irreversível à possibilidade de reestruturação dos dispositivos e seus enunciados. Evidencia-se, dessa forma, os aspectos éticos das análises genealógicas, num sentido dessas permitirem a emergência de uma escrita política acerca dos saberes (MAY, 1993). Esses aspectos éticos se evidenciam por, ao analisar as distribuições do poder e, conseqüentemente, os saberes que sustentam e justificam essas relações, ficar delimitado não apenas o conhecimento e suas formas de imposição na realidade, mas também as implicações políticas dos saberes e das práticas e eles conectadas. Dessa forma, é impossível pensar um empreendimento epistemológico que não seja, ao mesmo tempo, político. É essa relação intrínseca entre epistemologia e política que leva May (1993) a afirmar sobre Foucault:

If Foucault was a political writer about our knowledge, it is not because he had anything to say about what our knowledge or our reason was like. Indeed, to speak of our knowledge or our reason (or even, at times, of our society) invites the kinds of blindness that have allowed our knowledges and the strategies within which they are engaged to continue their hold upon us (p. 65).

Devido à sua concepção de poder, ao falar de política nos campos dos saberes, Foucault não estava defendendo uma concepção de política apenas macro, realizada necessariamente através dos grandes aparatos do Estado, mas, ao invés disso, encontramos em sua concepção o reforço da ideia de micropolítica, uma vez que essa pode facilmente ser exercitada através de práticas capilarizadas no meio social através de dispositivos nem sempre facilmente identificáveis com os aparelhos disciplinares de Estado.

Isso não quer dizer que Foucault hierarquize os poderes que emanam diretamente do Estado e aqueles que se localizam além ou aquém desse. Na realidade, o autor explicita um novo entendimento de política que impõe novos formatos às intervenções. Assim, antes de se referir a um objeto de validação do que seria o poder e suas relações, depreende-se do conceito de micropolítica uma nova perspectiva de investigação. Essa perspectiva parte do questionamento da possibilidade de se recorrer a uma base transcendente para as lutas políticas, algo que comumente se coloca enquanto um fundamento da filosofia política (MAY, 1993), instituindo no lugar dessa uma leitura de luta e de autodeterminação pautada no imperativo de compreensão acerca do presente e das relações de saber-poder nele construídas.

A intimidade entre conhecimento e relações de poder é evidenciada no pensamento genealógico de Foucault. É devido a isso que as genealogias podem ser pensadas enquanto uma justificação epistêmica para o encontro de outros fundamentos para a análise do

poder e da produção de subjetividades engendradas em suas redes. Com isso, Foucault rejeita qualquer fundamentalismo (MAY, 1993) e, ao extrapolar o campo da epistemologia, acaba por permitir o vislumbre que não há sequer a possibilidade de se pensar aspectos epistemológicos sem, com isso, esbarrar em relações de poder determinadas e, conseqüentemente, nas repercussões éticas que viabilizam ou não condições de identidades específicas (OWEN, 2005).

Uma vez compreendido que quando do tema das genealogias temos uma questão tanto epistemológica quanto política evidencia-se a razão de Foucault ter abdicado de esquemas que buscassem um fundamento único e inequívoco para analisar o poder. A partir desse empreendimento ganha-se profundidade nas análises e, a partir de então, não mais é possível partir da separação dos marcos epistemológicos e políticos, pois essas instâncias estão longe de serem passíveis de apreensão de forma isolada uma da outra.

Uma visão não exaustiva das relações de poder torna-se possível através do vislumbre micropolítico de seu funcionamento. Se o exercício do poder não puder ser resumido ao exercício da soberania, o entendimento das formas de dominação contemporânea deve buscar nas práticas de saber-poder parte do entendimento do que somos. Nesse sentido, antes de ser vista enquanto a forma de leitura que permite o vislumbre da verdade dos funcionamentos do poder, as genealogias devem ser pensadas enquanto ferramentas epistêmicas que permitem acesso às relações micropolíticas (MAY, 1993), essas responsáveis pelo descortinar das formas de produção das verdades.

O vislumbre da micropolítica é exercitado, dessa forma, enquanto crítica, sendo essa crítica realizada não contra os saberes, mas em nome do próprio saber, esse agora não sendo visto enquanto categoria transcendente e inquestionável. O mesmo ocorre quando da crítica das práticas, dado que essa operação de questionamento não visa ao fim das práticas, mas sua rearticulação dentro de uma determinada relação de poder, ou seja, a partir do lugar possível das resistências. Assim, a genealogia apresenta-se como uma arma contra as formas de dominação, impondo a crítica às relações de saber-poder que sustentam as opressões. Essa crítica realiza a demonstração de que essas relações não são naturais, mas localizadas no espaço histórico (MAY, 1993). Devido a essa localização não é possível a universalização de qualquer genealogia, sendo necessário sempre um novo começo dos empreendimentos genealógicos, que terão como pressuposto apenas uma ampla concepção acerca do poder e de seu funcionamento a guiar o que Guattari (2007) denominou de cartografia, e, nesse sentido,

Cada cartografia, regional ou global, segundo seja levada por pretensões ideológicas, estéticas ou científicas, define seu próprio campo de eficiência pragmática, e é bem evidente que uma renúncia, como aquela de Foucault, aos mitos reducionistas que têm

geralmente curso nas ciências humanas, não poderia ser sem incidência sobre as questões políticas e micropolíticas [...] (GUATTARI, 2007, p. 34).

Um conceito que serve para uma maior compreensão do que vem a ser a genealogia é o de problematização. A partir de uma perspectiva genealógica, problematizar refere-se a questionar e tornar visíveis os modos pelos quais as estruturas de reconhecimento operam na cultura. Ao permitir esse vislumbre, a problematização permite também a transformação, a possibilidade de, a partir da erupção de novas maneiras de distribuir os poderes, produzir-se diferenças. Nesse sentido, a questão que guia as problematizações refere-se sempre ao estatuto do que somos e, além disso, do que efetivamente se pode vir a ser enquanto sujeito e comunidade (OWEN, 2005).

Ao problematizar não se está, no entanto, apenas substituindo uma forma de ver e agir por outras, que seriam vistas como mais válidas ou verdadeiras. Ao invés disso, a problematização abre um campo de questionamento possível que deve operar todo o tempo no contato com as relações de saber-poder em suas dinâmicas de distribuição e redistribuição. Revel (2005), ao defender a problematização como tarefa da filosofia, afirma que

O termo problematização implica duas conseqüências. De um lado, o verdadeiro exercício crítico do pensamento se opõe à idéia de uma busca metódica da “solução”: a tarefa da filosofia não é, portanto, a de resolver – inclui-se: substituir uma solução por uma outra – mas a de “problematizar”, não a de reformar mas a de instaurar uma distância crítica, de “desprender-se”, de retomar os problemas. De outro lado, esse esforço de problematização não é, de maneira alguma, um anti-reformismo ou um pessimismo relativista (p. 71).

397

A problematização passa, dessa forma, pela historicização dos objetos sobre os quais se debruça. Nesse sentido, busca acompanhar as transformações pelas quais esse objeto passou, de forma a explicitar as formas de consolidação de discursos e práticas instituídas enquanto verdadeiras (BERT, 2013). Para esse empreendimento é necessário a atuação em três eixos: primeiro na leitura histórica da verdade acerca de nós mesmo; segundo, a historicização concomitante das relações de poder que estão conectadas com os saberes que instituem as verdades e, por fim; as reverberações éticas que as dinâmicas de saber-poder impõem ao que somos (OWEN, 2005).

Com isso, nota-se os aspectos tanto teóricos como metodológicos da genealogia. Nesse sentido, ela se impõe enquanto uma tática epistemológica, política e ética de questionamento com possíveis efeitos de transformação em relação aos objetos sobre os quais se debruça, sendo esse caráter aberto dos empreendimentos genealógicos que os permite problematizar variados contextos através da checagem das formas de verificação que possibilitam o surgimento e consolidação de determinadas dinâmicas de saber-poder.

Foucault (2016) explicita a genealogia como uma minúcia estratégica que torna risível qualquer tentativa de alcance das origens. O recurso à história encontrado nos empreendimentos genealógicos é utilizado não para confirmá-las, mas, ao contrário disso, refutá-las. Este é o maior ensinamento deixado por Nietzsche e sua crítica à moral para Foucault. O filósofo francês se ocupa, assim, de pensar sobre os aparecimentos de determinados dispositivos e relações de poder a eles vinculadas, o que abre esses campos à multiplicidade, tanto do ponto de vista epistemológico, quanto do ponto de vista ético e político. Somente a partir disto, é possível pensar em genealogias que tomem para si objetos vários, sem pretensão à universalização, mas com objetivos de explicitação das suas formas de emergência, funcionamento e possibilidades de modificação.

A genealogia do gênero em Judith Butler

Judith Butler em vários momentos de suas obras acerca dos gêneros e das sexualidades denomina o empreendimento teórico por ela desenvolvido de genealogia. Ela justifica essa espécie de filiação ao fato de que, em seus trabalhos, ela realiza a crítica das ideias relacionadas a uma origem e originalidade das experiências de gênero. Nesse sentido, e através de uma perspectiva genealógica, ela expõe os fundamentos das categorias de sexo e gênero baseados numa determinada formação do poder, o que a permite conectar as expressões de sexo e gênero às dinâmicas políticas das instituições e práticas discursivas que forjam as ideias de origem e naturalidade no campo por ela analisado (BUTLER, 1999).

O essencialismo e a imutabilidade dos conceitos de sexo e gênero são questionados por Butler, num sentido de descentrar as análises acerca desses marcadores da heterossexualidade compulsória e seus efeitos na produção de identidades inteligíveis. Para isso, a autora realiza sua genealogia identificando as condições de possibilidade de produção do regime heterossexual para os corpos e desejos, bem como as experiências e expressões que são deslegitimadas através da produção da abjeção, que excluem através da normatização as diferenças para manter a ideia de naturalidade das expressões eleitas como originais (MELONI, 2008).

A genealogia realizada por Butler opera, assim, uma crítica ao conceito de diferença sexual, partindo dela para a proposição de transformações mobilizadas através do desmonte do sistema de sexo-gênero binário heterossexual como matriz de inteligibilidade humana. Com seu empreendimento ela constrói o diagnóstico do presente das relações de sexo e gênero, incluindo

aí críticas ao próprio movimento feminista, que muitas vezes toma para si sem questionamento o paradigma da diferença sexual. Isso efetivamente consolida seu trabalho enquanto genealógico, uma vez que

El filósofo diagnostica el presente. El filósofo es un genealogista. No busca orígenes, no fundamenta nada, no sentencia ni va a la búsqueda de un principio absoluto que explique la realidad. La crítica genealógica no destruye categorías, es decir, no “acaba” con el sujeto, con la “mujer” o con lo femenino; se trata más bien de investigar las complicidades discursivas y las pretensiones de validez de cada uno de estos términos y el papel que han jugado en los discursos feministas (MELONI, 2008, p. 75).

A crítica genealógica do gênero abarca ainda os aspectos de produção do corpo, uma vez que, para Butler (1993), o sexo e sua delimitação corporal binária é sempre também gênero. Devido a isso, ela estabelece uma relação de crítica também com a normatização dos corpos, e, nesse sentido, questiona o vislumbre do corpo enquanto apriorístico em relação à cultura marcado posteriormente pelo gênero (BUTLER, 1999, 1993). Para a filósofa, a naturalização dos corpos é mais um elemento possibilitador da hierarquização de gênero, de forma que insistir na distinção entre natureza e cultura quando da teorização acerca dos sexos consolida a rigidez e violência do dispositivo do gênero. Isso leva Butler ao questionamento epistemológico da distinção entre natureza e cultura, pois ela não seria para a filósofa um simples vislumbre da realidade, mas um investimento de poder no campo da produção do conhecimento (BUTLER, 1999, 1993).

A teoria de gênero de Butler não se abstém em nenhum momento de conectar as expressões do sexo e do gênero às discussões acerca das distribuições do poder. Assim, ela segue uma forma de análise que, encontrando seu momento inicial nas análises acerca dos valores realizada por Nietzsche (2013) e passando pelos empreendimentos sobre o poder realizados por Foucault, consolida na filosofia contemporânea uma postura crítica de análise da atualidade. Essa forma de análise passa necessariamente pela historicização dos objetos sobre os quais se debruça. No entanto, a história não é pensada enquanto um dado objetivo, mas enquanto uma articulação que estabelece vínculos que são artificialmente transformados em necessários. Assim, ao analisar a história das coisas, pode-se notar como os objetos foram tornados enquanto naturais com pretensão a preexistirem em relação a qualquer aproximação teórica com eles. É Foucault (1988) que inicia a aplicação dessa modalidade crítica de historicização no campo do sexo e das sexualidades, mas pode-se dizer que Butler (1993, 1999, 2004) aprofunda e complexifica, através de sua leitura genealógica, as análises nesse campo.

A partir de Foucault, e indo além dos objetivos dele, Butler explicita o que estaria oculto sob a égide do natural no que tange aos corpos, gêneros e sexualidades, tendo sua

crítica à ideia de diferença sexual como pilar principal para a sustentação de sua teoria. Com isso, a filósofa permite a transformação do campo de estudos no qual localizam-se seus trabalhos e, conseqüentemente, a transformação social, cultural e política no que tange às relações de sexo-gênero na atualidade.

Partindo da problematização do sujeito mulheres, passando pelo questionamento do caráter natural dos corpos até chegar na valorização de experiências subversivas no âmbito dos gêneros como as encontradas nas *drag queens* e transexuais, Butler (1993, 1999, 2004) extrapola a distinção dicotômica entre anatomia e papéis sociais tão presentes nos estudos de gênero. Ao fazer isso, ela também reivindica a necessidade de usos intencionalmente políticos das teorias, de forma a se questionar a ideia de neutralidade que permeia os paradigmas científicos e filosóficos tradicionais (HERRANZ, 2013). Nesse processo de politização das diferenças e dos estudos que a tomam como objeto, ela destaca também a necessidade de se levar em consideração os variados marcadores sociais de opressão, sem incorrer numa simplificação que elevaria o gênero ao lugar da grande expressão de poder que determinaria os limites da inteligibilidade humana, no entanto, sem também pretender construir uma teoria que desse conta de todos esses marcadores. Sobre essa questão, Butler (1993) afirma:

400

On the one hand, any analysis which foregrounds one vector of power over another will doubtless become vulnerable to criticisms that it not only ignores or devalues the others, but that its own constructions depend on the exclusion of the others in order to proceed. On the other hand, any analysis which pretends to be able to encompass every vector of power runs the risk of a certain epistemological imperialism which consists in the presupposition that any given writer might fully stand for and explain the complexities of contemporary power. No author or text can offer such a reflection of the world, and those who claim to offer such pictures become suspect by virtue of that very claim (p. 18).

Essa forma de vislumbre é possível pela apropriação da crítica feita por Foucault que Butler realiza acerca da concepção jurídica de poder. Ela expõe a necessidade da assunção da crítica acerca das categorias identitárias contemporâneas que, através de estruturas jurídicas, naturalizam e imobilizam as expressões do que é aceito enquanto humanamente inteligível. Ela realiza essa crítica, por exemplo, quando de sua análise acerca do feminismo, uma vez que, através da genealogia do sujeito mulheres ela põe em questão a possibilidade de se determinar quem ocuparia o lugar de sujeito do feminismo sem que com isso se incorra na exclusão de expressões várias no campo dos gêneros (BUTLER, 1999).

Ela não pretendeu com isso defender a impossibilidade de uma agenda feminista, mas explicitar os limites dessa agenda com a finalidade de tornar o feminismo uma forma de resistência mais potente. Para isso, Butler defende ser necessário a articulação complexa de marcadores de poder, num sentido de que não se poderia eleger apenas um critério para a ação

política, uma vez que todos eles tratam de aspectos localizados e parciais da experiência social, cultural e política (BUTLER, 1993). Devido a essa complexidade, o vislumbre estritamente jurídico do poder deve ser ampliado em direção aos seus aspectos produtivos. Nesse sentido, não se trataria de analisar como as pessoas são de um determinado gênero, mas através de que efeitos de poder é possível a assunção de um gênero dentro de determinados parâmetros de inteligibilidade. A genealogia do gênero aponta, assim, para o questionamento das estruturas de saber-poder que impõem uma certa configuração cultural enquanto absolutamente natural e, por isso, real, hegemônica e necessária (BUTLER, 1999).

Butler (1999) recorre mais uma vez ao pensamento de Foucault para sustentar sua concepção genealógica do gênero, notadamente nas discussões realizadas pelo autor em torno do dispositivo da sexualidade:

To be sexed, for Foucault, is to be subjected to a set of social regulations, to have the law that directs those regulations reside both as the formative principle of one's sex, gender, pleasures, and desires and as the hermeneutic principle of self-interpretation. The category of sex is thus inevitably regulative, and any analysis which makes that category presuppositional uncritically extends and further legitimates that regulative strategy as a power/knowledge regime (BUTLER, 1999, p. 122).

A regulação do sexo ocorre, principalmente, a partir do recurso à aparência dos corpos para Butler (1993). É através disso que o regime de saber-poder no campo dos gêneros dissimula sua fabricação e se impõe enquanto natural. Por essa razão, Butler reivindica a necessidade de se avançar em relação às concepções de gênero pautadas na ideia de diferença sexual. Ao realizar esse movimento, a autora consegue, também, avançar no que tange aos aspectos produtivos do poder, num sentido de, ao pensar as incidências dos dispositivos de poder sobre os corpos, também explicitar os processos de normalização e subjetivação engendrados nessas incidências (JAGGER, 2008).

Butler opera a reformulação das políticas de identidade através de uma concepção performativa de sexo e gênero. Acerca disso, é notável o esforço realizado pela filósofa para explicitar a existência de um regime de poder excludente que privilegia a heterossexualidade, de forma que as categorias homem e mulher são, antes de naturais, políticas. Butler (1993, 1999, 2004) realiza esse movimento sem cair na negação dessas categorias, mas realizando uma genealogia crítica de sua emergência e formas de manutenção. A partir dessa genealogia é possível compreender o funcionamento dos dispositivos dos gêneros e das sexualidades, num sentido de conectar aspectos biológicos, culturais e psíquicos na consolidação de um determinado sistema de sexo-gênero como ideal regulatório (MELONI, 2008).

A partir da visão genealógica de Butler sobre os sexos e gêneros é possível pensar os processos de transformação nesse campo, o que evidencia o aspecto de luta política encontrado em sua teorização. Nesse sentido, a reformulação ou subversão das políticas de identidade realizadas por Butler se referem tanto a um empreendimento teórico como a uma necessidade da luta política acerca da qual são realizadas as teorizações (MELONI, 2008).

O espaço da luta política em Butler prescinde, dessa maneira, de um ponto de partida estático e universal pautado numa identidade específica. Em realidade, será exatamente nas experiências da diferença que recairá o foco da autora (MELONI, 2008), através de sua ênfase nas expressões de abjeção e constituição de uma alteridade que, ao ser excluída, possibilita o surgimento das fronteiras que estabelecem o que viria a ser uma vida propriamente humana das outras consideradas algo menos que isso. A filósofa multiplica, assim, os sujeitos políticos e as possibilidades de luta, de maneira que,

Retomando una vez más a Foucault, Butler nos incita a pensar ya no en un sujeto político, sino en múltiples “subjetividades” o “subjetivaciones”, en nuevas posibilidades de vida, en modos distintos de existencia, en otras filiaciones o formas de ser-en-común (MELONI, 2008, p. 81).

Ainda que se mantenha como uma crítica das políticas de identidade em sua faceta necessariamente excludente, Butler não cai em niilismo num sentido de recusa estrita da existência das identidades. Ao invés disso, ela realiza a genealogia crítica das identidades de forma a evidenciar seu caráter construído e, conseqüentemente, localizado em tempo e contextos. Torna-se possível com isso um olhar sobre si mesmo, de maneira a questionar o instituído lutando por transformações. Esse movimento não retira o sujeito das redes de poder ou o torna imune a elas, mas o permite operar mudanças nas formas de distribuição do poder, e, por conseqüência, nos processos de subjetivação por elas engendrados. Pode-se dizer, em síntese, que “[...] la genealogía es un viaje tras el que volvemos al lugar de partida pero sin ser los mismos” (HERRANZ, 2013, p. 348).

A genealogia abre espaço para o tensionamento das relações de poder, de forma a permitir a ampliação dos marcos de inteligibilidade. Nesse sentido, os empreendimentos genealógicos podem ser vistos enquanto armas para as lutas políticas, podendo ser utilizadas estrategicamente para a proposição de transformação social. A partir disso, a própria noção de política se altera para que seja possível agendas e ações que não desconsiderem os movimentos caóticos da realidade que inviabilizam o fechamento absoluto em categorias de identidade fixas. Nesse movimento, as políticas de identidades, assim como as genealogias, passam a ser compreendidas como práticas estratégicas e não como instâncias de poder que podam as

possibilidades de liberdade dos diversos sujeitos políticos (HERRANZ, 2013). A partir do marco de pensamento foucaultiano, Butler permite que as formas de análise em torno das experiências de sexo, gênero e sexualidades sejam postas em xeque, num movimento através do qual ela evidencia os artifícios na fabricação dos marcos de inteligibilidade culturais e, além desses, de inteligibilidade epistemológica que consolidam as relações de saber-poder sobre as quais se debruça em sua genealogia do gênero.

Referências

- BERT, Jean-François. **Pensar com Michel Foucault**. São Paulo: Parábola, 2013.
- BUTLER, Judith. **Bodies that matter, on the discursive limits of “sex”**. New York, London: Routledge, 1993.
- BUTLER, Judith. **Gender trouble: feminism and the subversion of identity**. 2ª ed. New York, London: Routledge, 1999.
- BUTLER, Judith. **Undoing gender**. New York, London: Routledge, 2004.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008a.
- FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica: curso no Collège de France (1978-1979)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2008b.
- FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010.
- FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 21ª ed., São Paulo: Edições Loyola, 2011.
- FOUCAULT, Michel. **Nietzsche, a genealogia e a história**. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4ª ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, p.55-86.
- GUATTARI, Félix. “1985 – microfísica dos poderes e microfísica dos desejos”. In: QUEIROZ, André; CRUZ, Nina Velasco e (org.). **Foucault hoje?**. Rio de Janeiro: 7letras, p.33-41.
- GUTTING, Gary. **Foucault: a very short introduction**. Nova Iorque: Oxford University Press, 2005 (Arquivo Kindle).
- HERRANZ, Carlos Pérez. **Parodia como estratégia post-genealógica: una lectura del feminismo de Judith Butler desde la filosofía de M. Foucault**. *Investigaciones Feministas*, Vol 4, 2013, p. 335-357.

JAGGER, Gill. **Judith Butler**: sexual politics, social change and the power of the performative. Londres e Nova Iorque: Routledge, 2008 (Arquivo Kindle).

MAY, Todd. **Between Genealogy and Epistemology**: Psychology, Politics, and Knowledge in the Thought of Michel Foucault. Pensilvânia: The Pennsylvania State University Press, 1993 (Arquivo Kindle).

MACHADO, Roberto. “Introdução: por uma genealogia do poder”. In: FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 4ª ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016, pp. 07-34.

MELONI, Carolina. **Judith Butler y la genealogia**. *La Torre del Virrey. Revista de Estudios Culturales*, Nº 5, 2008, p. 75-81.

NIETZSCHE, Friedrich. **A genealogia da moral**. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

OWEN, David. **Maturity and Modernity: Nietzsche, Weber, Foucault and the Ambivalence of Reason**. Nova Iorque, Londres: Routledge, 2005 (Arquivo Kindle).

RESENDE, Haroldo de. “Política e ação no pensamento de Michel Foucault: conexões entre poder, saber e discurso”. In: RESENDE, Haroldo de (org.). **Michel Foucault**: política, pensamento e ação. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016, p. 123-136.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Paulo: Clara Luz, 2005.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Teoria e método em Michel Foucault (im)possibilidades**. *Cadernos de Educação*, N. 34, 2009, p. 83-94.